

BC deixa de pagar ^{Dívida Externa} o Clube de Paris

GAZETA MERCANTIL 30 AGO 1993

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O Banco Central, através da Circular nº 2.360, suspendeu na sexta-feira os pagamentos devidos pelo setor público aos credores oficiais internacionais, com vencimentos a partir de 1º de setembro, envolvendo dívida externa que foi objeto de reestruturação no plano de financiamento III, celebrado com o Clube de Paris em julho de 1988.

Ficam fora da decisão, sujeitos portanto a remessas de juros e de principal para o exterior, os pagamentos devidos aos credores oficiais que foram reestruturados no plano de financiamento IV, assinado em fevereiro de 1992 com o Clube de Paris, além da dívida do setor privado, das instituições financeiras públicas e da Petrobrás e da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Também devem continuar sendo pagos normalmente os compromissos relacionados a dívidas contratadas após 31 de março de 1983.

A decisão brasileira, tomada unilateralmente, foi comunicada pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, em carta enviada na sexta-feira via fax ao presidente do Clube de Paris, Jean Clau-

de Trichet. Nela, o governo comunica sua intenção de solicitar a reestruturação dos vencimentos da dívida contratada pré "cut-off date" (antes de março de 1983), de responsabilidade do setor público, e que não está abrigada na fase IV do Clube de Paris.

Ainda é cedo para se ter uma noção de como reagirão as agências oficiais de financiamento a partir da decisão brasileira. Também não se sabe, ainda, em que termos poderão ser reestruturados os vencimentos cujo pagamento foi suspenso na sexta-feira. O valor não é tão expressivo, comparado com o nível das reservas internacionais do País: os vencimentos entre 1º de setembro deste ano e 30 de abril de 1995 que poderiam entrar na nova reestruturação, dependendo dos entendimentos futuros, somam US\$ 2,8 bilhões. Nesse mesmo período, o Brasil estará remetendo aos credores do Clube de Paris pagamentos de juros e principal no valor de US\$ 4,8 bilhões, referentes a parcelas do projeto IV ou que não estão sujeitas a reestruturação.

O presidente indicado para o BC, Pedro Malan, explicou a este jornal que a decisão tomada na sexta-feira foi movida não por motivos de ordem cambial,

mas sim fiscal. O BC, embora tenha dólares mais do que suficientes para arcar com os pagamentos, não pode honrar um aval em nome do Tesouro Nacional. Este, por sua vez, não tem dinheiro para honrar o aval dos devedores do setor público. "Não podemos romper um preceito constitucional", atestou Malan a este jornal.

A retomada de qualquer entendimento com o Clube de Paris só será feita depois que o Brasil tiver avançado em um acordo de ajuste com o Fundo Monetário Internacional (FMI). André Lara Resende, novo negociador da dívida externa, ficará encarregado das futuras negociações com o Clube de Paris. Junto com Malan, ele visita o comitê de bancos nesta terça-feira, em Nova York, depois de audiências que terá com o Tesouro norte-americano e com o Federal Reserve Board (FED), o banco central dos Estados Unidos.

Os diretores do Banco Mundial (BIRD) aprovaram uma nova política de informação que colocará à disposição do público um número maior de documentos da instituição.